

Trabalho de Conclusão de Curso (2022)

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA GESTÃO FINANCEIRA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS POTIGUARES: UMA ANÁLISE DO PERFIL INVESTIDOR DOS EMPREENDEDORES DO ESTADO.

Levy Costa de Oliveira Câmara¹
Lucas Lucio Godeiro²

RESUMO

O presente estudo se trata de uma pesquisa que visa analisar os impactos da pandemia no cenário socioeconômico das MPEs no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa dispõe de objetivos específicos que são: Analisar a disponibilidade das linhas de créditos nas quais os micro empreendedores podem ter acesso; identificar os impactos da pandemia do COVID-19 na obtenção ao crédito e demais aspectos que influenciam. Primeiramente, na introdução do estudo é contextualizado toda a importância que as micro e pequenas empresas tem na geração de renda e no seu papel como base da economia, por ser maioria nos tipos de empresas existentes no território brasileiro. Posteriormente, no referencial teórico é exposto sobre o que pode ser considerado uma micro empresa e suas principais características, bem como a importância das linhas de créditos para a gestão financeira desses negócios expostos através de uma revisão bibliográfica. A pesquisa foi pautada em uma metodologia científica de análise descritiva e com variáveis dependentes do tipo quantitativas discretas. A coleta de dados se deu através de dados disponibilizados pelo Sebrae e pela Agência de Fomento do RN. Após analisar os dados os principais resultados encontrados no estudo foram: A pandemia impactou positivamente no âmbito de abertura e continuação de microempresas e inclusive apresentou taxas de crescimento durante o período decorrente e pós pandemia; O acesso a linhas de créditos não foi limitado, pelo contrário, houve diminuição na taxa Selic e os dados apontaram crescimento no número de micro empresas financiadas pela AGN; A má qualidade de gestão financeira, juntamente com a falta de planejamento estratégico foram os principais problemas causadores de contingenciamento e nos casos mais rígidos, de encerramento de micro e pequenas empresas. A solução encontrada na pesquisa foi a adoção de medidas gerenciais no setor financeiro e nos setores de gestão de pessoas, gestão de suprimento e operações e gestão dos clientes e marketing, alinhado com a profissionalização da gestão financeira, para que dessa forma as micro empresas consigam sobreviver a períodos de eventos inesperados que afetam diretamente a economia e a sociedade como um todo, como foi a pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Gestão financeira; Impactos da pandemia; Financiamento; Micro empresas.

ABSTRACT

The present study deals with research that analyzes the effects of the pandemic on the socioeconomic scenario of MSEs in the state of Rio Grande do Norte. The research has specific objectives, which are: To analyze the availability of lines of credit to which micro entrepreneurs can have access; identify the impacts of the COVID-19 pandemic on obtaining credit and other aspects that affect it. First, the introduction of the study contextualizes all the importance that micro and small companies have in generating income and in their role as the basis of the economy, as they are the majority of the types of companies existing in the Brazilian territory. Subsequently, no theoretical framework is exposed about what can be considered a micro enterprise and its main characteristics, as well as the importance of credit lines for the financial management of these businesses exposed through a bibliographical review. The research was based on a scientific methodology of descriptive analysis and with discrete quantitative dependent variables. Data collection took place through data made available by Sebrae and by the RN Development Agency. After analyzing the data, the main results found in the study were: The pandemic had a positive impact on the opening and continuation of micro-enterprises and even showed growth rates during the current and post-pandemic period; Access to credit lines was not limited, on the contrary, there was a decrease in the Selic rate and the data pointed to an increase in the number of micro companies financed by the AGN; The poor quality of financial management, together with the lack of strategic planning were the main problems causing contingency and in the most rigid cases, closure of micro and small companies. The solution found in the research was the adoption of management measures in the financial sector and in the sectors of people management, supply and operations management and customer management and marketing, with the professionalization of financial management, so that micro companies could survive to periods of unexpected events that directly affected the economy and society as a whole, such as the COVID-19 pandemic.

Keywords: Financial management; Impacts of the pandemic; Financing; Micro companies.

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas, bem como os micro empreendedores individuais representam grande e importante parte da base da economia brasileira, com o crescente número de novos negócios sendo formalizados nos últimos anos, faz-se necessário um estudo sobre o perfil desses empreendedores. Mesmo diante da pandemia global que afetou diretamente o setor de produção, comércio e indústria, o empreendedorismo não deixou de ser uma boa alternativa para boa parte da população brasileira, pelo contrário, o número de negócios formalizados cresceu no ano de 2021, foram mais de 3,9 milhões de novas micro e pequenas empresas abertas segundo dados do SEBRAE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Diante do crescente movimento de fomentação do empreendedorismo na sociedade atual, consequentemente a demanda sobre linhas de créditos e meios de financiamento do negócio também cresceu, e no presente estudo iremos analisar os métodos de alocação dos recursos que os pequenos empresários mais utilizam e suas implicações, buscando entender o motivo da alta taxa de mortalidade de empresas de pequeno porte, fato fundamentado pelo estudo realizado “Gestão Financeira em MPes: Um estudo sob a ótica de especialistas alagoanos (SILVA, LEVINO E COSTA, 2020)” que demonstra que justamente essa falta de gestão financeira, pode ser um dos motivos mais agravantes para explicar tal fenômeno nessas entidades.

Segundo dados de 2018 do SEBRAE, no estado de São Paulo aproximadamente 1 em cada 4 empresas registradas no CNPJ fecha antes de completar 2 anos no mercado. Representando uma taxa de mortalidade de aproximadamente 25%. Dessa forma, o presente estudo busca ter por objetivo examinar quais as medidas cabíveis para diminuir o número de micro e pequenas empresas extintas por problemas de gestão financeira, tendo como objeto de estudo os Microempreendedores da região oeste do Rio Grande do Norte, que englobam o quadro de empresas legalmente abertas.

Paralelamente, a pesquisa busca identificar os principais erros cometidos pelos empreendedores da região, no âmbito de investimentos realizados e alocação de recursos financeiros para fomento do negócio. Buscando também detectar o perfil dos micro empreendedores; Analisar as linhas de créditos nas quais os micro empreendedores tem acesso; Verificar quais aspectos os micro empreendedores tratam como prioridade em situações de investimento e financiamento do negócio, principalmente no período da pandemia global; Além de detectar as principais dificuldades dos micro e pequenos empreendedores de manter a empresa com regularidade fiscal, sem pendência fiscal nos âmbitos de tributação existentes no Brasil.

A presente pesquisa visa contribuir para a discussão das finanças corporativas no âmbito das micro e pequenas empresas, trazendo a importância da discussão da temática para os empreendedores e a comunidade empresarial como um todo. Destacando-se a ampliação da pesquisa na área, através do mapeamento atual do cenário de administração financeira e estratégias adotadas pelos micro empreendedores diante a pandemia global, bem como contribuir para o entendimento das medidas adotadas pelo governo para tentar amenizar os impactos da pandemia nas finanças das micro empresas. De modo que possibilite a análise dos resultados em possíveis situações semelhantes no futuro, a pesquisa está fundamentada.

Segundo Azevedo e Leone (2011) a compreensão das práticas da administração financeira é essencial para uma boa gestão empresarial, considerando que é ampla e dinâmica e deve ser gerida por aspectos profissionais. Levando em consideração a representatividade que as micro e pequenas empresas possuem na geração de empregos, produção e comercialização de bens e serviços que suprem as necessidades básicas,

contribuindo para o desenvolvimento e a dinâmica da economia, o presente estudo visa analisar a relação entre o elevado número de micro empresas que ficaram inaptas ou extintas durante e pós pandemia, e o processo de tomada de decisão administrativa-financeira dos seus gestores, dessa forma, mapeando o perfil dos empreendedores e detectando em quais tipos de gestão melhor se exemplifica os efeitos adversos da pandemia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As micro e pequenas empresas são entidades de porte limitado, ou seja, como o próprio nome já deixa claro, esse tipo de empresa no Brasil tem faturamento baixo e delimitado por lei, além de limitações nos âmbitos de poder aquisitivo, de produção e de propriamente auto desenvolvimento. Segundo SANTOS, L. M. dos; SILVA, G. M.; NEVES, J. A. B. (2011) existe uma variedade de critérios para a definição das micro e pequenas empresas, tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor. A determinação do conceito tem como base o valor do faturamento e o número de pessoas ocupadas.

As MPEs no Brasil podem ser classificadas, e de acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, essa classificação se dá pelas seguintes delimitações: Microempreendedor Individual: receita bruta anual até R\$ 81.000,00; Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00; Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 de acordo com o Sebrae (2021). Dessa forma, fica claro que no Brasil, a denominação de micro e pequena empresa se dá principalmente pelo seu faturamento bruto anual, demonstrando que a caracterização desse tipo de empresa, se encontra em um patamar mais conciso de determinação, apesar das variáveis existentes.

Segundo LIMAS (2009), existe no Brasil uma espécie de divergência no que se trata da delimitação das MPEs, visto que há uma variedade de critérios para sua definição, tanto por parte das instituições financeiras e reguladoras, como por parte dos órgãos representativos do setor, e também através da legislação específica, podendo coincidir entre as variáveis existentes, pois ora é baseado no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas ou em ambos.

Segundo dados do DATASEBRAE (2022), existem 19.086.439 empresas ativas no território brasileiro, considerando apenas as matrizes, e o percentual de MPEs nesse total, é de 92,39%, o que demonstra que 17.634.975 é o número total de empresas de pequeno porte no Brasil. Dessa forma, podemos relacionar esse total de empresas de acordo com o seu ramo, e de acordo com o DATASEBRAE (2022), em relação as principais atividades econômicas nas quais as MPEs atuam, em 2022, em maior número se destaca as empresas prestadoras de serviços, com uma porcentagem de 48,73%, logo em seguida vem as empresas do setor de comércio e vendas, que totalizam 33,31% da totalidade, as demais áreas contam com empresas no setor de indústria (9,89%), construção civil (7,46%) e de outras atividades (aproximadamente 1%).

No que se refere ao contexto das MPEs no estado do Rio Grande do Norte, até Junho de 2022 constam em todo o território estadual um total de 208.938 micro e pequenas empresas, divididas entre os portes: MEI (Micro Empreendedor Individual), ME (Micro Empresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte), além disso, considerando o números de filiais espalhadas pelo estado, o número de empresas aumenta para 215.900. Expondo percentualmente, as MPEs correspondem a 96,49% do total de empresas registradas no estado (DATASEBRAE, 2022). Esses números reiteram a importância desse tipo de empresa na economia do estado, provando ser a grande maioria da parcela de empresas que geram empregos e renda para a população da região, além de movimentar e fomentar a economia

de cada cidade, comandando boa parte do comércio local, ou seja, economicamente falando, essas empresas são a base da economia do estado do Rio Grande do Norte.

“Da análise dos números supracitados se verifica que as MPEs possuem um papel social e econômico fundamental, pois além de representarem a maior parte dos negócios formais, são também responsáveis por uma grande fatia das contratações de mão de obra formal. Assim, é ponto pacífico a importância das MPE para a economia nacional, representado em grande parte pelo seu elevado faturamento como, também, por interferirem diretamente na empregabilidade, na medida em que, direta e indiretamente, o funcionamento de tais negócios afeta uma grande parcela da população.” (LARANJO; ROVAI, 2021, p.855)

Sabendo da importância das MPEs para a economia, não se pode passar despercebido o impacto da pandemia global causada pelo corona vírus durante os anos de 2020 a 2022, e esse é um fator imprescindível para esta pesquisa, pois foi um fenômeno de impacto mundial, e que afetou diretamente boa parte dos pequenos negócios. Diante disso, segundo pesquisa do Sebrae (2022), podemos extrair alguns dados nos quais os empreendedores relatam em que âmbito foram mais afetados, como por exemplo, 50% das empresas relataram que a maior dificuldade foi o aumento dos custos (insumos, mercadorias, combustíveis, aluguel, água e energia), já para 21%, a maior dificuldade foi a falta de clientes, para 11% foram as dívidas com empréstimos, para 4% foram as dívidas com impostos, e para 4% também, foram as dívidas com fornecedores. Com isso, a demanda da economia nacional e dos pequenos negócios se contraiu substancialmente, e dada a prevalência da manutenção do emprego, aluguéis, impostos e outros custos fixos, os empresários precisam fazer esforços diferenciados para se adaptar ao ambiente atual dos negócios até que as coisas voltem as condições normais.

Adentrando em outro âmbito importante da pesquisa, temos o setor de tributação das MPEs no atual cenário, essa questão, pode se tornar um problema para os pequenos empreendedores, mais especificamente, atingindo principalmente os Micro empreendedor individual (MEI), esse fator pode ser explicado pelo fato de que o MEI, que é o tipo de empresa de menor porte, não é obrigatório escrituração e acompanhamento de um profissional da contabilidade, ou seja, por não ser obrigatório a empresa obter um contador para funcionamento da empresa, o que acontece é que por muitas vezes, os empreendedores esquecem, dão menos importância, ou principalmente desconhecem a obrigação de pagamento de tributos, como por exemplo o DIFAL (diferencial de alíquota de ICMS). O MEI é obrigado a pagar o DIFAL em compras que efetua em outro estado que não seja o de localização da empresa, a falta de conhecimento sobre essa obrigação é o principal causador da inadimplência das MPEs perante os órgãos estaduais de tributação.

Segundo Pessoa, Costa e Maccari (2016) Embora seja geralmente aceito que as pequenas e microempresas são fundamentalmente importantes na criação de emprego, sobretudo em tempos de crise econômica, outra questão é a importância de compreender o papel exercido pelos tributos no empreendedorismo e na criação e desenvolvimento das pequenas e microempresas. Existem exceções quanto ao pagamento de tributo para as MPEs no Brasil, principalmente as enquadradas no Simples Nacional, e ainda seguindo a linha de raciocínio da pesquisa realizada por Pessoa, Costa e Maccari (2016), O tratamento diferenciado estabelecido para as MPEs é uma dessas exceções ao princípio da neutralidade, portanto, antes de discutir como a Lei do Simples Nacional limita o problema, o problema está em provar e estabelecer os fundamentos e as características essenciais do sistema que estabelece o tratamento diferenciado as MPEs.

Considerando outro âmbito essencial para entendimento e fundamentação da presente pesquisa, temos a análise das linhas de crédito e suas implicações nas empresas de pequeno porte, contextualizando o tema específico. “Com respeito ao financiamento, as desvantagens estão associadas à maior dificuldade em se obter recursos e ao custo dos

recursos eventualmente obtidos. Os que defendem que essa desvantagem não deve ser tomada como falha de mercado, argumentam que os custos maiores provavelmente significam avaliação de maior risco por parte do mercado e custos de transação maiores.” (PESSOA; COSTA; MACCARI, 2016, p.348)

O conceito de crédito pode ter diferentes significados, dependendo da situação. Isso vale para Silva (2008, p. 45) “O crédito consiste na entrega do valor presente através de uma promessa de pagamento”, então a disponibilização de crédito é uma insegurança constante, pois é uma promessa de pagamento, em que você pode ofertar seu bem, sem ter a certeza do retorno. Essa incerteza, é o principal impasse para a oferta de linhas de crédito para os pequenos negócios, visto que as instituições que concernem os financiamentos, sabem que se tratam de negócios muitas vezes ainda não alavancado, e que por isso, se torna menos confiável.

Segundo Salm (2019) pode-se destacar que existem várias linhas de crédito, dependendo de cada empresa, e que deve ser verificado qual capital é melhor para suas necessidades e levando em consideração o melhor momento para utilizar o recurso. Para facilitar a aprovação do crédito é necessário ter um planejamento, pois existem diferentes condições para a concessão do crédito e sua gestão. Observou-se na pesquisa que, em geral, as relações banco-empresa dificultam a obtenção de crédito. O financiamento buscado pelo MPES para seu desenvolvimento ou subsistência não é apoiado pelo setor bancário que apresenta exigências para reduzir os riscos na liberação de crédito. Nessas circunstâncias, muitas empresas que não encontram o financiamento de que precisam terminam suas atividades por falta de recursos a serem alocados no negócio.

Nessa perspectiva, as MPEs que conseguem o acesso ao crédito, esbarram em outra barreira, que é a alocação desses recursos, nesse âmbito falta a capacidade de gestão financeira por parte dos empreendedores. O desenvolvimento financeiro de uma empresa se dá muito pelas decisões tomadas na destinação de recursos recebidos, como um financiamento. Se faz notória a necessidade de orientação com um profissional de gestão financeira, que por muitas vezes são descartados pelos empreendedores. Diante disso esta pesquisa visa identificar o perfil investidor dos empreendedores da região oeste do Rio Grande do Norte.

Nesse âmbito, se faz muito importante a consultoria financeira, que visa maximizar os lucros da empresa de forma eficiente e eficaz e direcionar a gestão da empresa para um caminho de constante desenvolvimento, para isso é necessário disciplina e comprometimento por parte dos empreendedores, seguindo a linha de raciocínio, talvez por falta de conhecimento, muitos empresários contratam consultores pensando que com este serviço poderão resolver todos os seus problemas e abrirão caminhos para o sucesso, porém, a realização deste trabalho de forma correta será com empresários que seguem seus conselhos e propostas, pois só assim, a experiência e conhecimento do consultor poderá ajudar a minimizar os riscos inerentes ao campo empresarial. Silva, Levino e Costa (2020).

Segundo Carvalho e Schiozer (2014), o impulso de crescimento surge da crença dos gestores de que projetos de investimento com valores presente líquidos positivos têm potencial para gerar maior fluxo de caixa livre futuro. A geração de caixa interno substancial abriu caminho para a formação de lucros retidos e acumulados para sustentar o crescimento das vendas. Deste ponto de vista, espera-se que a expansão do negócio melhore o retorno do investimento do empreendimento. Trazendo a análise de estudos anteriores sobre o assunto, a presente pesquisa visa traduzir as hipóteses citadas, para a realidade das cidades potiguaras, na qual a economia baseia-se quase que exclusivamente nos pequenos negócios, analisando as decisões tomadas e a atual situação das MPEs na região

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É notório que a pandemia mudou hábitos das pessoas, das firmas e dos modelos de negócio, visando a atrair consumidores para o ambiente físico e tendo que competir com o mercado digital, e do governo que deverá agir diante dessa nova realidade. (Nascimento, 2022).

O empreendedorismo tem se firmado enquanto possibilidade de desenvolvimento social, financeiro, bem como incremento para a economia local. Contudo, no campo do pequeno empreendimento, a própria caracterização dos negócios acaba inibindo o acesso ao crédito pelos meios mais convencionais, devido à alta burocratização que se coloca como obstáculo para o acesso ao crédito que é fundamental para o pequeno empreendedor que deseja se inserir no mercado ou mesmo investir na melhoria do negócio. (Silva, 2021).

A parte financeira dos pequenos negócios ficou comprometida porque, em média, seu caixa só dá suporte a 23 dias de descanso. Alguns segmentos de mercado se estabilizaram abaixo dos níveis anteriores à crise, e o comércio eletrônico também cresceu com a crise. (Oliveira, 2021).

As empresas do Rio Grande do Norte juntamente com o governo estadual e federal, assim como todas as empresas do país tiveram que estabelecer estratégias mitigadoras para tentar frear o contágio sempre pensado no bem estar da população e na retomada da economia. Desta forma foram criadas normas regulamentadoras e a partir destas foi exigido à adaptação das empresas para que pudessem retomar as atividades comerciais. (Silva, 2021).

Devido ao fato de acontecer algo inesperado com a economia mundial, as micro e pequenas empresas da região que não tinha disponibilidade de caixa em seu patrimônio passaram por dificuldades de gestão e de sobrevivência perante ao ocorrido, e devido a grande burocracia encontrada para conseguir crédito junto as instituições, muitas dessas empresas tiveram que fechar as portas temporariamente ou permanentemente, dependendo do ramo no qual estão inseridas.

O planejamento é de fato o ato fundamental para um sucesso organizacional. As empresas buscam cada vez mais obter bons resultados e se munir de fatos imprevisíveis, com o planejamento. Isto está conectado em estabelecer metas e objetivos claros para o que poderá ocorrer. (Silva, 2020)

Portanto, para as Micro e Pequenas Empresa não é diferente. Deter um planejamento orçamentário é de extrema importância, principalmente pela taxa de mortalidade no Brasil, permitindo que as mesmas possam analisar o cenário e saber quais produtos ou serviços serão mais adequados e mais solicitados para cada momento do ano. Quando essas empresas utilizam o orçamento como ferramenta de controle, elas se resguardam de cometerem atos impensados que em um futuro próximo venham a causar danos ou morte precoce. (Silva, 2020)

Segundo Ferreira e Lopes (2021), que conceituam o fluxo de caixa como o conjunto de movimentações financeiras, na forma de entrada e saída de recursos, ocorridas na conta de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade durante um determinado período. Uma gestão de caixa eficiente, considerada aquela capaz de atender a seus objetivos, torna-se uma ferramenta de grande potencial para o planejamento e a tomada de decisões em meio a cenários de incerteza. Com planejamento e controle financeiros alinhados, a empresa consegue fruir de todos os benefícios do fluxo de caixa, enquanto instrumento capaz de auxiliar na gestão de suas disponibilidades.

Dado a importância de contar com uma boa e estruturada gestão financeira do negócio, é necessário entender o contexto em que as micro e pequenas empresas estavam inseridas. No contexto nacional da pandemia do Covid-19, pode ser estabelecido 3 períodos diferentes, de acordo com o Ministério da Economia (2020). Denominados como período pré-pandemia; período decorrente da pandemia e período pós-pandemia.

Segundo Cunha (2021), o período pré-pandemia (Fevereiro a Março de 2020) foi caracterizado pela queda nas exportações brasileiras em volume e preço e a produção e jornada de trabalho também foram afetadas negativamente. Já no período decorrente da pandemia (Abril a Julho de 2020) as micro e pequenas empresas foram as mais afetadas, pois, apresentam dificuldade na gestão de caixa. Os setores de alimentação fora de casa, turismo e transportes foram os mais afetados. E no período pós pandemia (Agosto de 2020 a Agosto 2021) o cenário econômico mundial é palco da retomada das atividades econômicas. Assim, 5,55 % do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil é destinado ao combate da pandemia, e o governo adotou políticas fiscal e monetária para estímulo econômico.

Compreendido e previamente conhecido as ações que as micro e pequenas empresas tiveram que tomar, ou pelo menos, deveriam. É de suma importância destacar as medidas adotadas no período pós-pandemia pelos gestores das empresas. Ainda segundo Cunha (2021), o COVID-19 provocou uma alteração forçada da gestão financeira, da produção e da venda ao obrigar o empresário a aderir inovação e tecnologia no seu dia a dia. A gestão financeira deparou-se com novas ferramentas para sua execução no decorrer da pandemia, tornando, assim, a vida do empreendimento mais fácil e segura. Também houve a criação de novos aplicativos e software com a função exclusiva de gerir as informações referentes à gestão financeira e, assim, detalhar a vida do empreendimento.

Ocorreram também mudanças nos outros níveis funcionais das entidades, como a produção passou por grandes reviravoltas durante a pandemia. Inicialmente, alguns setores desaceleraram suas produções e, então viram-se obrigados a pará-las. Outros setores tiveram grande crescimento de produção durante a pandemia. Assim, empresários tiveram que aliar-se à inovação e à tecnologia para atingir o número satisfatório de produtos desejado para não ficarem no prejuízo. Já a ação final, a venda, teve, também, grandes mudanças sendo que ao decretar o isolamento social, o governo modificou a dinâmica comercial. Agora, sem o contato com os clientes, o empresário teve que aderir a aplicativos para realizar a entrega e, então a venda. (Cunha, 2021)

Segundo Nascimento, Prado e Cunha (2021), no cenário das micro e pequenas empresas é importante adotar um modelo de gestão baseado na inovação nas práticas de atendimento, processamento de pedido e entrega, uma vez que por esta natureza de empreendimento ser caracterizada pela escassez de recursos, atitudes inovadoras podem servir como diferencial competitivo no mercado em que estas estão inseridas.

Levando em consideração que grande parte das MPEs não contam com profissionais na gestão financeira (devido também a não obrigatoriedade), Segunda Braga, Silva, Basílio e Lima (2021) o alinhamento entre a contabilidade e o planejamento estratégico também é fundamental para melhorar a gestão e impulsionar os negócios. Ou seja, o planejamento contábil permite a organização de processos e a mensuração de resultados, o planejamento estratégico proporciona ao gestor uma tomada de decisão clara e tranquila, pois lhe conduz a uma visão de longo prazo do negócio mais estável.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa busca analisar e detectar o perfil dos micro empreendedores da região oeste potiguar, averiguar as linhas de crédito nas quais esse público tem acesso no

dia a dia do seu empreendimento, verificar quais aspectos os micro empreendedores tratam como prioridade em situações de investimento e financiamento do negócio, principalmente no período da pandemia global e também analisar a situação tributária desses pequenos negócios, bem como o conhecimento e a consciência dos empresários para com suas obrigações tributárias e suas implicações. Dessa forma, o estudo apresenta um caráter descritivo, buscando a estimulação e construção de bases que possam direcionar estudos futuros.

Como o estudo busca identificar os principais erros cometidos pelos empreendedores no âmbito de investimentos realizados e alocação de recursos financeiros para fomento do negócio, foi definido que será realizado uma pesquisa bibliográfica onde será descrito situações pelas quais os pequenos negócios passaram e as implicações delas na gestão. De forma a acrescentar na validade das informações o presente estudo busca realizar uma revisão de literatura sobre material científico com relação direta aos impactos da pandemia da Covid-19 nas micro e pequenas empresas brasileiras, dificuldades financeiras, empreendedorismo e investimento.

O objeto de estudo são as empresas de micro e pequeno porte do Estado do Rio Grande do Norte, que possui um comércio variado e intenso e que foi afetado diretamente pela pandemia em diversas frentes, inclusive a financeira. A escolha do Estado foi dada pelo fato de nele residir, facilitando na coleta de dados e também pela restrição de acesso aos dados das empresas de outros estados da federação, visto que foram coletados dados ofertados pelo Sebrae-RN, que trabalha diretamente com os micro e pequenos empreendedores da região e que demonstram em números o impacto causado pela pandemia do Covid-19 nessas empresas. Porém, os dados coletados foram devidamente filtrados para se adequar ao objetivo do estudo e ser apresentados de forma condizente com o tema do estudo.

No âmbito da revisão bibliográfica da pesquisa, foram analisados cerca de 12 artigos científicos publicados durante o período de 2017-2022. Os artigos obrigatoriamente tinham que estar diretamente relacionados ao tema para fazer parte dos estudos analisados. Foram excluídos da pesquisa os artigos nos quais não estavam diretamente ligados a uma base de dados de gestão de empresas, dissertações e teses. Visando dessa forma, demonstrar somente os principais tópicos pertinentes para o estudo da pesquisa para que possa ser repassado ao leitor da forma mais objetiva e precisa. A escolha de autores e estudos variados se deu pelo fato de amparar a pesquisa com ideologias e resultados diferentes para que dessa forma a nossa problemática seja melhor objetivada dentro o embasamento científico existente sobre o assunto, resultando em afirmações de maior relevância contextual.

3.1 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foi utilizada uma abordagem quantitativa. Constituindo uma pesquisa de caráter exploratório utilizando de técnicas de análise descritiva, visando entender o problema e quais as possíveis soluções para reduzir os seus impactos. Foi utilizado para a coleta dos dados uma pesquisa por meio de dados disponíveis em materiais digitais disponibilizados pelo Sebrae na sua base de dados da unidade de gestão estratégica e por materiais digitais disponibilizados no portal da Agência de Fomento do RN.

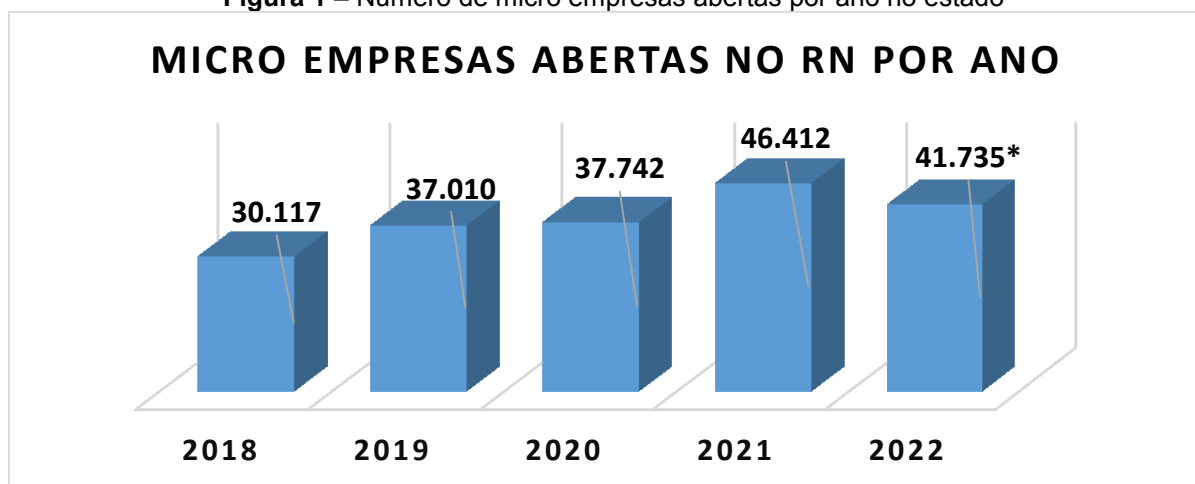
A coleta de dados da presente pesquisa se deu por meio de observação não-participante, no qual foram recolhidos dados disponibilizados pela unidade de gestão estratégica do SEBRAE-RN, que tem como fonte dados primários da receita federal, e que foram devidamente filtrados para que dessa forma fossem direcionados para a análise. E também buscando exemplificar o objetivo da pesquisa, foram coletados dados fornecidos pela Agência de Fomento do RN que é uma instituição financeira pública que oferece linhas de créditos para empreendedores informais e formais (com CNPJ), sendo uma das linhas de

créditos mais importantes para fomento do empreendedorismo no estado e que oferece o benefício de pagamento sem juros para os contratantes que realizarem os pagamentos em dia, atendendo em todo território estadual.

Foi definido para o estudo um recorte temporal de tipo transversal, visto que foi determinado o período de tempo de 2018-2022 para os dados fornecidos pelo Sebrae, e de 2019-2022 para os dados fornecidos pela AGN. A amostragem da pesquisa é todo o universo de microempresas do estado do Rio Grande do Norte. Para atender ao problema proposto pela pesquisa, as variáveis são dependentes do tipo quantitativas discretas. Com relação ao tratamento dos dados, na pesquisa constam dados faltantes, por motivos de disponibilidade da amostra ser limitada não foi possível realizar uma análise estatística, justamente pelo período de observação ser limitado.

4. RESULTADOS

Figura 1 – Número de micro empresas abertas por ano no estado



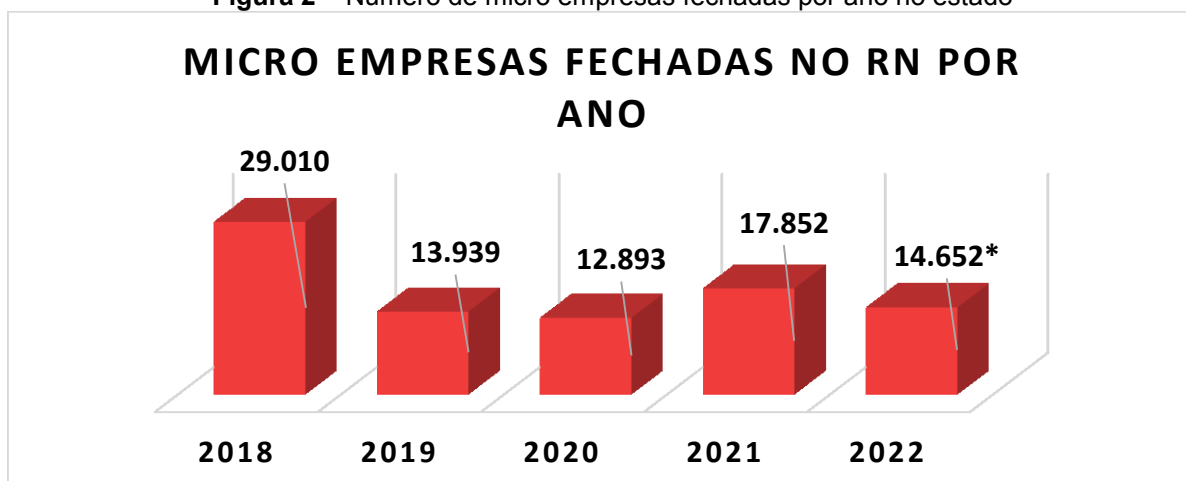
Fonte: Receita Federal (2022)

Analisando a figura 1, podemos inferir que no período anterior à pandemia do COVID-19, o número de formalizações de negócios por meio da abertura de micro empresas vinha em uma crescente, demonstrada pelo crescimento percentual de 22,88% referente a comparação entre os anos de 2018 e 2019. Dessa forma, como mostra o gráfico, o percentual de crescimento diminuiu bastante em 2020, ano em que a pandemia foi instaurada, pois o crescimento percentual foi de apenas 1,97% de 2019 para 2020.

Posteriormente, em 2021, no ano em que a economia passou para o estágio de pós pandemia, notamos um crescimento no número de aberturas de micro empresa considerável. O percentual de crescimento foi de 22,97%, teoricamente voltando ao percentual já conhecido e que estava se desenvolvendo no período antes da pandemia. Esse fenômeno evidência o freamento que a pandemia causou na economia de base do estado, desacelerando a abertura de novos negócios e consequentemente diminuindo o nível de crescimento econômico durante esse período.

Como os dados coletados de 2022 correspondem até o dia 9 de novembro de 2022, totalizando 35.675 empreendimentos formalizados, foi realizado uma projeção de dados para o ano, através de cálculos realizados pela média diária. Dessa forma o cálculo apontou que corridos 312 dias no ano, foram 35.675 empresas abertas, chegando a uma média de 114 por dia, e totalizando 41.735 empresas abertas, como resultado previsto.

Figura 2 – Número de micro empresas fechadas por ano no estado



Fonte: Receita Federal (2022)

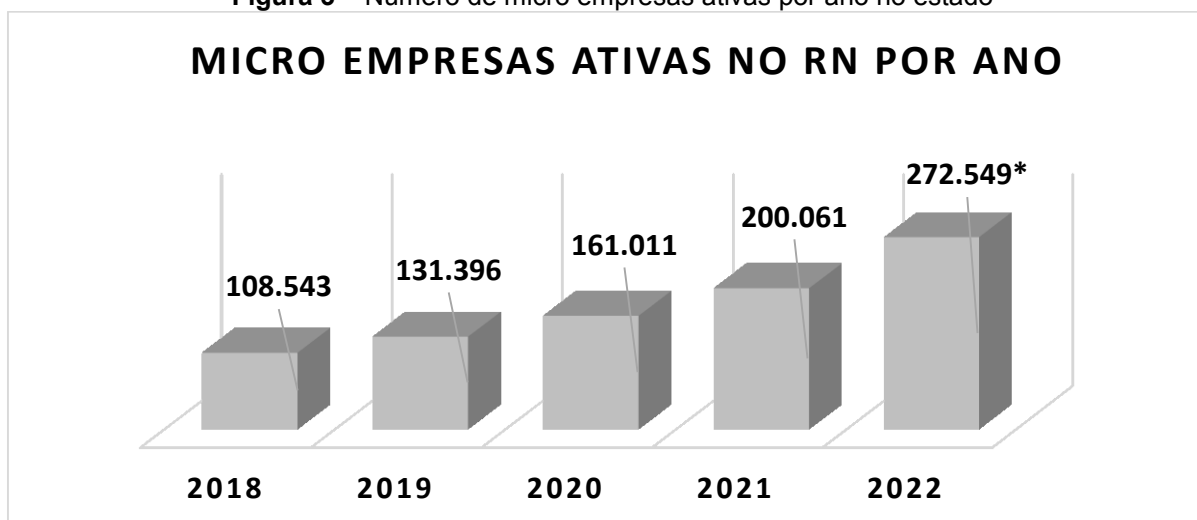
Analisando a figura 2, temos que no que diz respeito ao encerramento formal de micro empresas no estado do RN nos últimos 5 anos, podemos observar um gráfico com maior desvio de números totais. Por exemplo, em 2018 foram fechadas 29.010 micro empresas no estado, número muito próximo a quantidade de aberturas no mesmo ano. Porém nos anos seguintes esse número de CNPJ baixados, foi diminuindo gradativamente como podemos ver em 2019. Houve uma redução percentual de 51,95%, ou seja, o número de empresas fechadas caiu em um pouco mais do que a metade de um ano para o outro, enquanto que o número de aberturas cresceu no mesmo ano. Isso constata que o Estado estava seguindo um caminho de crescimento da economia de base, dado pelo aumento do número de micro empresas geradoras de renda para a população.

Mesmo diante da pandemia global, podemos analisar pelo gráfico que o número de encerramentos de micro empresas no RN continuou diminuindo, porém não seguiu o ritmo percentual. O percentual de redução foi de apenas 7,50% de 2019 para 2020. Já no ano de 2021, os impactos da pandemia se fizeram presentes, houve um aumento de 38,46% no número de micro empresas fechadas com relação ao ano anterior. Esse fato comprova que a pandemia afetou diretamente os micro empreendedores no Estado, pois muitas empresas foram obrigadas a fechar as portas no período pós-pandemia por não conseguir se manter, outro fator que contribuiu para isso foi a falta de comprometimento das empresas com as obrigações fiscais, muitas empresas ficaram inadimplentes na época.

Como os dados coletados de 2022 correspondem até o dia 9 de novembro de 2022, totalizando 12.525 empreendimentos encerrados, foi realizado uma projeção de dados para o ano, através de cálculos realizados pela média diária. Dessa forma o cálculo apontou que corridos 312 dias no ano, foram 12.525 empresas fechadas, chegando a uma média de 40 por dia, e totalizando 14.652 empresas extintas, como resultado previsto.

Importante citar que muitos empreendedores individuais que fecharam seus negócios na pandemia, por falta de conhecimento, não realizaram a baixa do CNPJ formalmente, ou seja, encerraram as atividades da empresa mas não realizaram o encerramento correto com as instituições governamentais, estando para o governo, em situação cadastral ativa, inclusive existem muitas empresas nessa situação até os dias atuais

Figura 3 – Número de micro empresas ativas por ano no estado

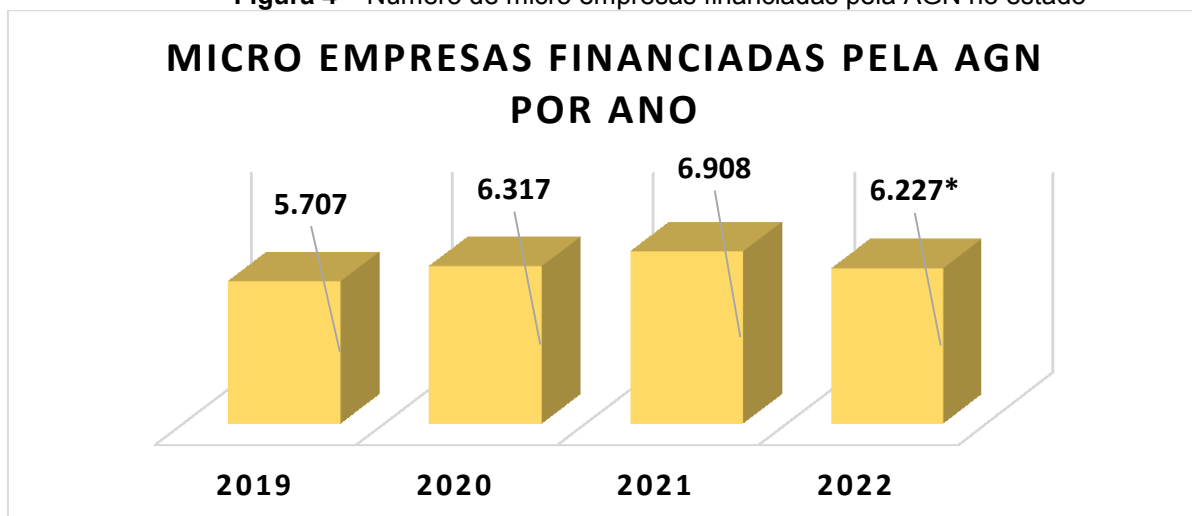


Fonte: Receita Federal (2022)

Na figura 3, temos os números de microempresas ativas no RN por ano, notamos que em todos os anos houve crescimento no número. Apesar da pandemia do COVID-19 ter atingido e afetado o funcionamento de muitas empresas, ela também abriu portas para muitos empreendedores, visto que muita gente perdeu seu emprego e buscou no empreendedorismo a saída para ter uma fonte de renda. O maior salto percentual de um ano para o outro se deu no ano de 2021, onde o número de empresas ativa cresceu 24,25% com relação ao ano anterior, esse fato reforça que o período pós pandemia foi de fato o de retomada da economia de base, período onde o empreendedorismo digital cresceu e se estabilizou no mercado brasileiro.

Como os dados coletados de 2022 correspondem até o dia 9 de novembro de 2022, totalizando 232.974 empreendimentos ativos, foi realizado uma projeção de dados para o ano, através de cálculos realizados pela média diária. Dessa forma o cálculo apontou que corridos 312 dias no ano, foram 232.974 empresas ativas, chegando a uma média de 746 por dia, e totalizando 272.549 empresas ativas, como resultado previsto.

Figura 4 – Número de micro empresas financiadas pela AGN no estado

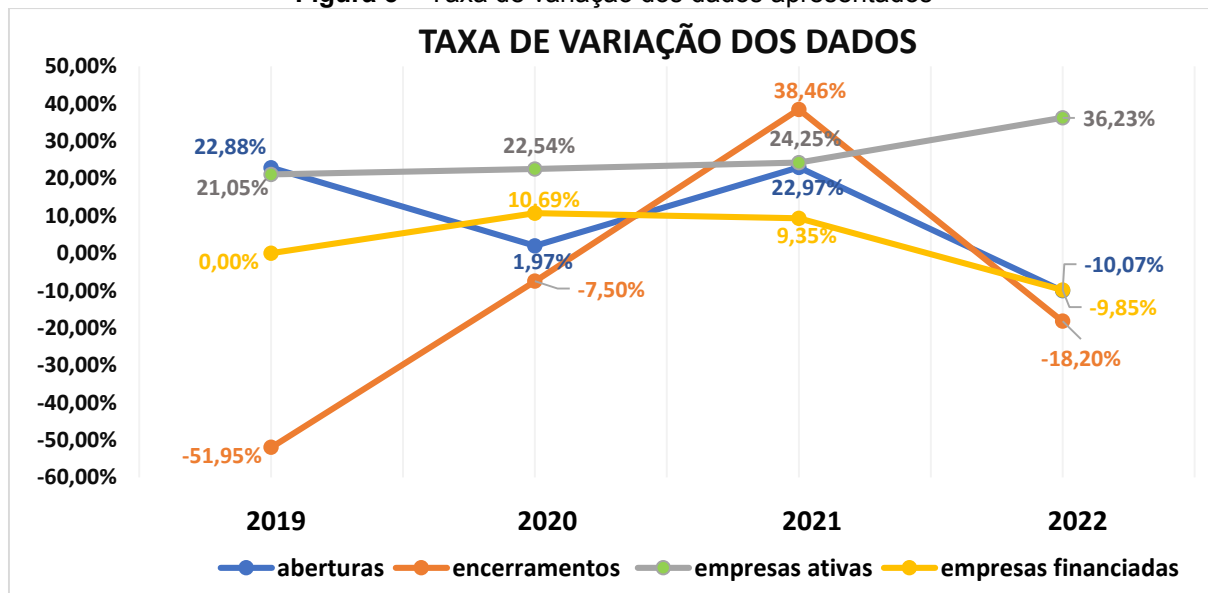


Fonte: AGN (2022)

Analisando a figura 4, notamos que o número de micro empresas que aderiram ao financiamento da AGN no RN foi crescendo durante os últimos 4 anos. Como os dados

coletados de 2022 correspondem até o dia 10 de outubro de 2022, totalizando 4.811 empreendimentos atendidos, foi realizado uma projeção de dados para o ano, através de cálculos realizados pela média diária. Dessa forma o cálculo apontou que corridos 282 dias no ano, foram 4.811 empresas atendidas, chegando a uma média de 17 por dia, e totalizando 6.227 empresas abrangidas pela linha de crédito, como resultado previsto. Portanto, notamos um crescimento de empresas financiadas pela linha de crédito durante o período decorrente da pandemia, no ano de 2020 houve um aumento de 10,69% com relação a 2019. Já no ano de 2021 ocorreu um aumento percentual de 9,35% com relação ao ano de 2020. Dessa forma, ocorreu um crescimento gradativo e coerente também durante o período pós pandemia.

Figura 5 – Taxa de variação dos dados apresentados



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Sebrae e AGN (2022)

Analisando a figura 5, podemos realizar uma observação individual de cada dado, onde notamos que a variação da taxa de abertura se manteve positiva nos anos de 2019 e 2021, período pré pandemia e pós pandemia respectivamente. Ou seja, houve impacto da pandemia em 2020, com uma taxa de crescimento abaixo dos anos de 2019 e 2021, demonstrando que a abertura de microempresas nesse período não teve um aumento significativo.

Já analisando a taxa de encerramentos teve variação positiva apenas no ano de 2021, o que demonstra que o período pós pandemia foi o que os empreendedores sofreram mais dificuldades econômicas. Partindo para a análise da taxa de empresas ativas, podemos notar uma constante, pois em todos os anos ocorreu um aumento parecido no número de empresa ativas no estado, com destaque para 2022 que de acordo com os dados previstos, tem chances de ter uma taxa de crescimento ainda maior.

Já quanto a taxa de variação das empresas financiadas temos que no período de 2021 e 2022, decorrente e pós pandemia respectivamente, ocorreu uma constante de aumento, demonstrando que mais empresas conseguiram um financiamento durante a pandemia, porém de acordo com os dados previstos de 2022, ocorrerá uma queda no ano atual.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos dados apresentados, visando justificar os objetivos da pesquisa, se faz necessário relacionar os dados de aberturas, encerramentos e empresas ativas com o número de empresas que aderiram à linha de crédito da AGN. A Agência de Fomento do RN é uma instituição financeira administrada pelo governo do estado do RN que diante da pandemia adotou medidas para expansão de municípios atendidos no Estado, visando fomentar o empreendedorismo local com a linha de crédito vantajosa que disponibiliza para as microempresas poder contar com capital de giro, caixa ou oportunidade de investimento no negócio, buscando amenizar os impactos da pandemia.

Sabendo que um dos requisitos para aderir ao empréstimo da AGN, bem como a da maioria das instituições financeiras com linha de crédito é que a empresa esteja aberta a pelo menos 6 meses, dessa forma o número de empresas abertas por ano não se enquadra diretamente na relação com o número de empresas que utilizaram a linha de crédito, portanto, primeiramente, iremos analisar a relação entre o número de empresas fechadas no estado durante o período pré pandemia, decorrente e pós pandemia. No ano de 2019 (pré pandemia), o número de empresas fechadas estado foi de 13.939 enquanto que o número de empreendimentos atendidos pela AGN foi de 5.707. Para conseguirmos relacionar os dois dados, temos que levar em consideração o ano de 2020, ano no qual começou o período de quarentena. Enquanto que em 2020 houve uma queda de 7,50% no número de encerramentos de micro empresas, ocorreu também um aumento de 10,69% no número de empresas aportadas pela linha de crédito. Dessa forma, podemos concluir que os dados forma inversamente proporcionais durante o ano de 2020, pois foi visto que a medida que o número de micro empresas encerradas foi diminuído, o número de empresas que conseguiram acesso ao crédito foi aumentando.

Com essa relação estabelecida podemos extrair que o acesso a linha de crédito foi um fator importante para continuidade de microempresas no estado, dada a importância de se obter recursos financeiros para a entidade. Essa analogia também reforça o papel proposto pela AGN na expansão de municípios atendidos e consequentemente na facilitação ao acesso ao crédito durante o período de pandemia, demonstrando a eficácia dessa medida governamental durante o conturbado e inesperado período em que viveram os empreendedores em 2020.

Partindo para a análise do número de empresas ativas com relação ao número de empresas que receberam o empréstimo da AGN, temos que no período pré pandemia em 2019, o número de micro empresas ativas no estado era de 131.396 enquanto que o número de empresas atendidas pela agência de fomento do RN foi de 5.707, formando uma taxa de cobertura de 4,34% da totalidade de microempresas que receberam subsídio do governo. Já no período de decorrente da pandemia, em 2020, existiam 161.011 micro empresas ativas no estado, o que representou um aumento de 22,54% da totalidade de empresas ativas. Em 2020, 6.317 empreendimentos conseguiram a adesão a linha de crédito da AGN, formando uma taxa de cobertura de 3,92% de empreendimentos. Notamos que a taxa de cobertura diminuiu um pouco, porém manteve-se na mesma faixa do ano anterior, isso pode ser explicado pelo elevado número de empresas ativas e recém abertas durante a pandemia e que por esse motivo não atingia o pré requisito de pelo menos 6 meses de CNPJ ativo.

Já no ano de 2021, no período pós pandemia, notamos novamente uma alta considerável no número de empresas ativas no estado, totalizando 200.061. Enquanto que o número de empresas atendidas pela AGN foi de 6.908, formando uma taxa de cobertura de 3,45%. Notamos que a taxa de cobertura voltou a diminuir no ano de retomada da economia, isso pode ser explicado pelo oferecimento de linha de créditos em maior escala por instituições bancárias com juros mais justos e com valores maiores dependendo do faturamento da microempresa, como também pela queixa de aumento da burocracia criada pela instituição governamental para liberação do crédito e que mitigou a adesão dos empreendedores com

perfil mais imediatista no âmbito de investimento e injeção de recurso financeiro no seu negócio.

Com a segunda relação estabelecida, podemos concluir que quanto maior o número de empresas ativas, maior foi o número de empréstimos concedidos pela AGN, porém o crescimento no número de empréstimos não acompanhou o mesmo ritmo do aumento do número de empresas ativas, por fatores já explicados. De toda forma, o período pós pandemia, especialmente no ano de 2021 se destacou como a retomada da economia de fato, com maiores opções de linhas de créditos, com cada vez mais empreendimentos sendo abertos e fechados, porém fechando o ano com saldo positivo de empresas ativas. Com isso, podemos determinar que a burocracia para conseguir crédito com as instituições foi um fator decisivo para diminuição da taxa de cobertura no período pós pandemia e que mesmo assim os dados representaram uma evolução na economia, com números crescentes em todos os âmbitos de desenvolvimento e geração de novos negócios e consequentemente renda.

Conhecendo os dados alcançados na pesquisa, podemos inferir que existiram medidas governamentais que visaram diminuir o impacto da crise sanitária instaurada no país em 2020, a abrangência, facilitação, oportunidades e opções para as MPEs encontrarem crédito nas instituições financeiras foi uma demonstração desse fator.

Outro fato exemplificado por estudos realizados durante esse período demonstram que boa parte das MPEs foram submetidas a algum tipo de contenção de despesa durante a crise sanitária. Os micro negócios que passaram por dificuldades financeiras, adotaram estratégias de sobrevivência através da contenção de algum tipo de despesa ou custo. Nesse contexto, entra a MP 927 e a MP 944, que foram medidas provisórias adotadas pelo governo federal durante a pandemia e que previam respectivamente, sobre a suspensão de contratos de trabalho e redução da jornada, com compensação aos funcionários por parte do governo e o lançamento de linhas de crédito com juros menores para micro empresas conseguirem manter a folha salarial dos funcionários. Essas medidas provisórias foram aprovadas no período decorrente da pandemia e provavelmente boa parte das MPEs que tiveram que cortar gastos através da demissão de funcionários, não souberam ou simplesmente não tinham conhecimento sobre elas, conforme defende Oliveira (2021).

Mesmo em meio à crise sanitária causada pelo coronavírus, podemos notar índices e resultados da época que indicam o contrário, economicamente falando. O índice de incerteza TC que utiliza de variáveis macroeconômicas reconhecidas, além de variáveis pouco utilizadas que fazem a diferença para os resultados, conseguiu perder a crise de 2020 com antecedência. O índice de incerteza TC mede o risco de investimentos, e quanto maior o índice, maior é o risco. A seguir temos os índices do último dia de 2018 a 2022 respectivamente: 111.29; 223.58; 179.34; 192.34; 103.90. (Fonte: TC Economatica). Como podemos ver, no período pré pandemia o índice indicava muito risco no mercado e durante o período da pandemia o índice começou a cair, demonstrando ser um período melhor para investimentos.

Outro fator que reforça que o período de pandemia foi bom para os investimentos e acesso ao crédito é a taxa SELIC, que é uma referência para os juros para as linhas de créditos em geral. Dessa forma, através de dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, podemos visualizar a taxa SELIC nos últimos meses de 2018 a 2022, respectivamente: 6,40; 4,40; 1,90; 9,15; 13,65. De acordo com o dados podemos concluir que a taxa de juros foi menor no país durante o período de pandemia, em 2020 a taxa alcançou seus menores valores nos últimos 5 anos, o que comprava que a pandemia impactou positivamente na disponibilidade de crédito para as micro empresas.

Compreendendo que existiram medidas governamentais e privadas para tentativa de amenização dos impactos da pandemia nos pequenos negócios, podemos afirmar que a

burocracia foi um fator decisivo para as MPEs não aderirem as medidas e linhas de créditos disponíveis na época. Porém, podemos também perceber que a assistência e subsídios eram acessíveis aos pequenos negócios, e que muitos conseguiram sobreviver ou diminuir o corte de gastos através desse auxílio obtido por intermédio das instituições financeiras.

Eis que o problema da pesquisa se faz presente, pois a falta de gestão financeira nesses empreendimentos e especialmente durante a crise vivida foi o principal fator determinante para a extinção ou fechamento temporário dos micro negócios em questão. Com isso, fica claro que o desempenho financeiro de uma MPE está diretamente ligado a forma como são conduzidos os negócios em seus aspectos gerenciais, conforme Oliveira (2021) afirma. Dessa forma, se faz lógico presumir que as micro empresas que adotaram medidas gerenciais para auxiliar nas estratégias de sobrevivência, passaram pelo período de crise sanitária com um desempenho mais favorável no âmbito financeiro, se comparado aos empreendimentos que não adotaram nenhuma medida gerencial com auxílio de um profissional da área, e que consequentemente tiveram mais dificuldades financeiras e nos casos mais extremos tiveram que fechar as portas.

Percebendo que medidas de gestão financeira são necessárias para a continuidade das entidades impactadas pela pandemia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual foram encontrados resultados que indicam as principais medidas a serem tomadas pelas MPEs. Conforme Oliveira (2021) os micro empreendimentos devem elaborar plano de gestão não somente para a área financeira, mas a adoção de ações em áreas como gestão de pessoas, gestão de suprimento e operações e gestão dos clientes e marketing podem influenciar positivamente e diretamente no gerenciamento financeiro, abrindo um leque de soluções para o gestor responsável.

Sendo de conhecimento prévio os erros mais comuns dos empreendedores na gestão de seus negócios, a presente pesquisa define como medidas imprescindíveis de adoção para a gestão financeira: Negociar prazos com fornecedores; Fazer uso de benefícios e/ou incentivos temporários que possam ser criados e disponibilizados para microempreendedores no futuro; Investir em novos produtos com diferencial competitivo para atrair clientes; Reavaliar ou projetar para um futuro próximo novos investimentos; Criar planejamentos de atuação para uma melhor visão da gestão aplicada dentro da empresa; Investir em atualização profissional constante através de cursos, treinamentos e capacitações sobre gestão e negócios para si próprio; Usar ferramentas de gerenciamento para te auxiliar no controle mais rigoroso das receitas e despesas, fluxo de caixa, cobranças e controle do estoque; Revisar o fluxo de caixa para os meses subsequentes, estudar os custos fixos e variáveis da empresa, e a quantia de dinheiro necessária para o negócio funcionar sem receita nos próximos meses; Criar uma reserva de dinheiro para contingências e imprevistos.

Ainda segundo Oliveira (2021), podemos listar como principais medidas gerenciais para progresso da micro empresa no âmbito de gestão de pessoas: Revisar a estratégia para contratações e operações, treinamento da equipe para lidar com situações de crise com o propósito de estimular a capacidade da equipe de se adaptar as mudanças do ambiente. Já no setor de gestão de suprimento e operação o autor destaca a seguinte ação: Desenvolver um plano de ação voltado para melhor responder às contingências do dia a dia da entidade se baseando em um levantamento sobre matérias-primas, embalagens e os serviços essenciais para o funcionamento do negócio. Por fim, na área de gestão dos clientes e marketing, as ações indicadas são: Priorizar os principais clientes, reforçar a lealdade e oferecer condições especiais de negociação e também promoções; Utilizar os recursos tecnológicos disponíveis para estreitar as interações com os clientes nos canais de venda, e implantar ou otimizar o e-commerce.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo verificar os impactos que a pandemia do COVID-19 trouxe para o cotidiano dos administradores das micro empresas situadas no Rio Grande do Norte, bem como analisar quais as principais falhas desses gestores no âmbito do controle financeiro do negócio. Dessa forma, é possível atestar que provavelmente os micro empreendedores em suma possuem um estilo de gestão arcaico, que não possui um plano estratégico para momentos de contingenciamento e que as empresas que não fizeram uso de estratégias de sobrevivência durante o período de pandemia, tiveram mais dificuldades para conseguir manter o negócio ativo e em pleno funcionamento.

Através da coleta de dados da presente pesquisa, foi constatado que planos governamentais e linhas de crédito concedidas por instituições financeiras tiveram um maior aporte durante o período decorrente da pandemia. Foram coletados dados da maior instituição financeira estadual, a Agência de Fomento do RN, que tem como visão fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável do Rio Grande do Norte, promovendo a criação de emprego e renda, estimulando a modernização das estruturas econômicas e sociais, aumentando assim, a competitividade empresarial do Estado, e que demonstrou uma maior taxa de cobertura de micro empreendimentos abrangidos pela sua linha de crédito no período analisado e consequentemente conseguiram recursos para investimento próprio e manutenção da empresa.

Nesse âmbito, a presente pesquisa dispõe de limitação, pois foi possível coletar os dados de número de empresas que conseguiram a linha de crédito somente da AGN, não contendo os números dos empréstimos concedidos por outras instituições financeiras no período, como também não foi possível coletar os dados de empresas que aderiram a uma linha de crédito por setor de atividade, no qual seria possível analisar melhor quais setores forma mais ativos na busca por crédito e quais os setores que não sentiram tanto a necessidade da injeção de recursos na entidade, servindo de recomendação para próximos estudos que sejam coletados dados da maior quantidade possível de agentes financeiros que liberam crédito para os micro negócios no estado.

Analisando o que foi descrito na pesquisa, podemos perceber um movimento crescente de apoio e encorajamento ao empreendedorismo no estado, visto que o número de empresas ativas cresce cerca de 20% nos últimos 4 anos. Esse fator foi afirmado durante o período pós pandemia, na qual ocorreu o maior número de empresas abertas no período analisado (2018-2022), e de fato o empreendedorismo despontou como consequência da pandemia, pelo fato de parcela da população ter perdido seus empregos e ter ficado sem uma renda fixa. Sabendo disso, o estudo destaca que o empreendedorismo é importante para o desenvolvimento econômico do estado, porém é necessário haver procura por parte dos empreendedores para profissionalização da gestão da empresa que irá proporcionar uma visão mais macro de todos os processos decisórios do cotidiano, fato esse que foi apresentado como grande impedimento de bons resultados e crescimento econômico das entidades estudadas.

Face o que foi exposto na pesquisa, é possível concluir que a pandemia impactou de forma positiva e também negativa dependendo do ramo de atividade da empresa e que o principal fator de crescimento ou regressão do negócio para as empresas foi o seu modelo de gestão. Diante das incertezas que rodeiam o cenário econômico, se faz possível concluir que provavelmente conseguirão se adequar de forma mais eficiente e eficaz às adversidades possíveis de surgirem, as microempresas que se propõem a incrementar planejamentos estratégicos que darão alternativas para lidar com eventos inesperados. Portanto é possível afirmar que as microempresas que optam por profissionalizar a gestão financeira através de ações gerenciais tem uma melhor chance de sobreviver ao mercado e se desenvolver financeiramente.

6. REFERÊNCIAS

BRAGA, A. J. O.; SILVA, B. P. B.; BASILIO, F. D.; LIMA, G. F. **A SOBREVIVÊNCIA DAS MICROEMPRESAS EM TEMPOS DE CRISE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**. 2021. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em Administração da Etec Cidade Tiradentes, orientado pela Prof.^a Priscila Lima Pio, como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Administração. São Paulo, 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. **Medida Provisória Nº 927**: Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Brasília, DF, 22 mar. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020. **Medida Provisória Nº 944**: Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Brasília, DF, 3 abr. 2020.

CARVALHO, C. J.; SCHIOZER, R. F. Determinantes da Oferta e da Demanda de Créditos Comerciais por Micro, Pequenas e Médias Empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, vol. 26, n. 68, p. 208-222, mai-ago 2015.

CUNHA, A. L. **O PAPEL DA GESTÃO FINANCEIRA PARA MICROEMPREENDEDORES SUPERAEM A CRISE ECONÔMICA GERADA PELA COVID-19**. 2021, 43 f. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia. Goiânia, 2021.

FERREIRA, J. V. C. O.; LOPES, C. C. V. M. Impactos da Pandemia da Covid-19 na Gestão Financeira das Micro e Pequenas Empresas sob a Ótica de um Empresário Contábil. **Prospetus – Perspectivas Qualitativas em Contabilidade e Organizações**. João Pessoa. v. 1, n. 1, p. 72-107, jul/2021.

LARANJO, G. M. O.; ROVAL, A. L. Políticas Públicas destinadas às microempresas e empresas de pequeno porte no período de pandemia. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 16, n. 3, 3º quadrimestre de 2021.

NASCIMENTO, A. C.; PRADO, N. B.; CUNHA, C. F. COVID-19 e modelos de gestão nas micro e pequenas empresas: qual a melhor saída? **Revista Expectativa**, Toledo/PR, v. 20, n. 1, p. 50-72, jan-mar, 2021.

NASCIMENTO, D. M. **IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO NÍVEL DE AGRESSIVIDADE FISCAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS**. 2022. 33 f. Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Natal, RN, 2022.

OLIVEIRA, L. C. **ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E MANUTENÇÃO DAS MICROEMPRESAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19: UM ESTUDO DE CASO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE DE ARACAJU**. 2021. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração. São Cristóvão, SE, 2021.

OLIVEIRA, L. C. S.; MIRANDA, R. F.; TAKAMATSU, R. T. Sustentabilidade em micro e pequenas empresas: a visão do contador. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 11, n. 1, p. 54-72, jan-abr 2021.

OLIVEIRA, M. E. R. **MICROEMPREENDEDORISMO FAMILIAR NA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A LOJA NEIDE TORTAS E BOLOS**. 2021. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do curso de graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração. Natal, RN, 2021.

PESSÔA, L. C.; COSTA, G.; MACCARI, E. A. As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS. **Revista DIREITO GV**, vol. 12, n. 2, p. 345-363, mai-ago 2016.

PINHEIRO, F. B. **IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO COMÉRCIO VAREJISTA: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO MIGUEL RN**. 2020. 77 f. Monografia apresentado como requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2020.

Pontes, J. B. **ADMINISTRAÇÃO DE E-COMMERCE NA PANDEMIA DA COVID-19**. 2022. 43 f. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Secretaria de Educação à Distância. Nova Cruz, RN, 2022.

PUCPR (Paraná) (org.). **GESTÃO EMPRESARIAL EM TEMPOS DE CRISE**. 2020. Disponível em: <https://www.pucpr.br/wpcontent/uploads/2020/05/gestaoempresarialtemposcrise.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SALME, J. **O FINANCIAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO: UM LEVANTAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS – SC**. UNISUL. 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/8681/1/Artigo%20cient%c3%adficco.pdf>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

SANTOS, L. M.; SILVA, G. M.; NEVES, J. A. B. Risco de Sobrevivência de Micro e Pequenas Empresas Comerciais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 5, n. 11, p. 107-124, 2011.

SEBRAE. **Gestão Financeira em tempos de crise**, 2020. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/gestao-financeira-em-tempos-de-crise,af7868e2ce8f0710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SEBRAE. **Participação da Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**, 2021. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, A. J.; LEVINO, N. A.; COSTA, C. E. S. Gestão Financeira em MPEs: Um estudo sob a ótica de especialistas alagoanos. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 10, n. 3, p. 108-128, set-dez 2020.

SILVA, I. S. **A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19**. 2021. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso

de Administração Pública a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração. Natal, 2021.

Silva, L. M. **GESTÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: AS SOLUÇÕES IMPLANTADAS POR UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO ENFRENTAMENTO DA COVID-2019.** 2021. 39 f. Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Polo Macau para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Macau, RN, 2021.

SILVA, W. S. **GESTÃO ESTRATÉGICA EM MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA SOBREVIVÊNCIA NA PANDEMIA COVID-19: UM ESTUDO DE MULTICASOS NO RN.** 2020. 103 f. Monografia apresentada no processo avaliativo de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS NO BRASIL. Brasília: Sebrae, out. 2016.